



TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM	
Fl. 296	Rub 80

FL. 29	Rubrica
-----------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC Nº 08720/2013

Processo nº **8597-02.00/12-8**

Relator: **CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI**

Matéria: **CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Órgão: **EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEUTÔNIA**

Gestores: **RENATO AIRTON ALTMANN (01/01 A 12/02, 23/02 A 10/10 E 15/11 A 31/12) E ARIBERTO MAGEDANZ (13 A 22/02 E 11/10 A 14/11)**

PROCESSO DE CONTAS DE GESTÃO. CONTAS
REGULARES.

*A inexistência de falhas enseja o julgamento pela
regularidade de contas dos Administradores.*

Retorna para exame e parecer deste Ministério Público de Contas, em cumprimento das normas regimentais, o Processo em epígrafe, que versa sobre as Contas de Gestão dos Senhores Renato Airtton Altmann e Ariberto Magedanz.

Consigna-se que, no primeiro encaminhamento do presente expediente a este Ministério Público de Contas, emitiu-se a Promoção MPC nº 0388/2013 (fls. 10 a 24), subscrita pelos ilustres Adjuntos de Procurador, Doutores Ângelo Grabin Borghetti e Fernanda Ismael, que propugnaram nos seguintes termos:

a) pelo envio dos autos ao Plenário desta Corte, com fundamento no artigo 12, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa, Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, segundo qual compete às Câmaras declinar de sua competência para o Tribunal Pleno em matéria cuja complexidade e relevância assim o exija;





TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM	
Fl. 297	Rub. 86

FL. 30	Rubrica X
-----------	--------------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

b) encaminhamento à Auditoria deste Tribunal de Contas, para a emissão de Parecer Coletivo, a fim de que se pronuncie sobre:

b.1) segundo o ordenamento constitucional e infraconstitucional vigente, é possível à Corte de Contas valorar os atos de gestão do Chefe do Poder Executivo e julgá-los?

b.2) caso não seja possível o julgamento da gestão do Chefe do Poder Executivo, é necessária a tramitação em conjunto dos Processos de Contas de Gestão e de Governo, a fim de que os atos praticados na gestão reflitam na emissão do parecer?

Em Sessão ocorrida no dia 25/06/2013, a Primeira Câmara decidiu pela declinação de competência ao Tribunal Pleno, em razão da matéria envolvida.

Com efeito, o deslinde da questão posta pelos eminentes Adjuntos de Procurador mostra-se fundamental para que as decisões possam ser exaradas com segurança, sobremaneira pelo fato de que são diversas as consequências da adoção de um ou de outro entendimento.

Diante disso, em que pesem os ponderáveis argumentos trazidos pelos doutos Procuradores, este Agente Ministerial entende que o desate da questão insurgida merece outro tratamento.

I – De plano, cumpre ressaltar que esta Corte de Contas, nos autos do Processo nº 2250-02.00/12-3, decidiu, em Sessão Plenária de 04/04/2012, à unanimidade, pela aprovação da Resolução nº 943/2012, cujo teor, nos termos do Voto condutor, *“contempla as adequações procedimentais necessárias à eliminação, a partir do exercício de 2012, dos Processos de Contas e de Gestão Fiscal, nos moldes como hoje existem, com sua substituição pelos Processos de Contas de Governo e Processos de Contas de Gestão, alterações que visam garantir efetividade das decisões do Tribunal de Contas”*.

Restringindo-se o exame da matéria à dúvida principal lançada na Promoção nº 0388/2013, que questiona acerca da possibilidade da *“Corte de*



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 298	Rub. 86

FL. 31	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Contas valorar os atos de gestão do Chefe do Executivo e julgá-los”, entende-se necessário tecer as considerações adiante.

1) Com efeito, a separação da análise das contas nos moldes da Resolução TCE nº 943/2012 guarda consonância com os dispositivos constitucionais incidentes. A propósito, a Constituição Federal de 1988 estabelece:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

...

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 299	Rub. 86

FL. 32	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

(...)

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Por força do princípio da simetria, expresso na Constituinte Federal (art. 75)¹, a Carta Gaúcha também trata da Corte de Contas:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, e de quaisquer entidades constituídas ou mantidas pelo Estado, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes, observado o disposto nos arts. 70 a 75 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71- O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, além das atribuições previstas nos arts. 71 e 96 da Constituição Federal, adaptados ao Estado, emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente.

(...)

Art. 75 - A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, podendo constituir câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus trabalhos.

¹ Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.



TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM		FL. 33	Rubrica <i>[assinatura]</i>
300	Rub. <i>[assinatura]</i>		

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 76 - O sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal terá, no Estado, organização una e integrada, compondo órgão de contabilidade e auditoria-geral do Estado, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes, tendo sua competência e quadro de pessoal definidos em lei.

Parágrafo único - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, sob pena de responsabilidade, ao Tribunal de Contas do Estado, o qual comunicará a ocorrência, em caráter reservado, à Mesa da Assembléia Legislativa.

Diante do arcabouço citado verifica-se que existem duas competências distintas do Tribunal de Contas. A primeira, diz respeito à apreciação prévia das contas do Prefeito. Neste caso, o Tribunal de Contas emite apenas parecer prévio sobre a legalidade das contas, contudo, é a Câmara Municipal quem detém a competência para julgá-las.

A segunda trata do poder de fiscalizar a Administração Direta e Indireta dos Municípios, resultando em julgamento por parte do Tribunal de Contas. E a decisão que trata das irregularidades pode impor multa e imputar débito, sendo dotada da eficácia de título executivo extrajudicial, por força do prefalado artigo 71, § 3º, da Constituição Federal.

2) A questão, portanto, limita-se a saber se a fiscalização do Tribunal de Contas, previsto no artigo 71, inciso II, da Constituição Federal alcança o Chefe do Poder Executivo Municipal.

A distinção entre as contas de governo e as contas de gestão foi alvo de estudo pelo eminente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Doutor José de Ribamar Caldas Furtado, nos seguintes termos:

"... existem dois regimes jurídicos de contas públicas: a) o que abrange as denominadas contas de governo, exclusivo para a gestão política do chefe do Poder Executivo, que prevê o julgamento político levado a efeito pelo Parlamento, mediante auxílio do Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio (CF, art. 71, I, c/c art. 49, IX); b) o que alcança as intituladas contas de gestão, prestadas ou tomadas, dos administradores de recursos públicos, que



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 301	Rub. 86

FL. 34	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

impõe o julgamento técnico realizado em caráter definitivo pela Corte de Contas (CF, art. 71, II), consubstanciado em acórdão que terá eficácia de título executivo (CF, art. 71, § 3º), quando imputar débito (reparação de dano patrimonial) ou aplicar multa (punição)". (Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão, artigo publicado na Revista do TCU, nº 109, maio/agosto 2007).

Do mesmo modo²:

Em outras palavras, tanto no aspecto subjetivo (quem), como no objetivo (o que), colocam-se, de um lado, os órgãos de governo, aos quais cabe traçar as linhas gerais da Administração Pública (planos de ação ou diretrizes governamentais) praticando-se, aí, atos de governo, de conotação política; e, de outro lado, os órgãos de execução, que se incumbem de gerir a máquina pública, ou seja, de praticar os atos de gestão que proporcionam o caminhar diário da Administração.

É natural que os atos de governo, por seu conteúdo eminentemente político, e por serem praticados por agentes eleitos (chefes de poderes executivos), tenham de ser analisados, em definitivo, por um órgão político, em um julgamento político, feito por agentes também eleitos (parlamentares). Com um detalhe: essa análise não prescinde de um posicionamento técnico, em forma de Parecer (Prévio), fornecido pelo Tribunal de Contas (art. 31, § 2º c/c art. 49, IX, CF/88).

Também é natural que os atos de gestão sejam unicamente julgados pelo TC, sob aspectos unicamente técnicos, e não por um órgão político ou sob parâmetros políticos.

Daí, portanto, a Constituição Federal de 1988, ao tratar das Cortes de Contas, falar em apreciação, no que toca aos atos de governo (na emissão do parecer prévio, que será submetido ao parlamento art. 71, I) e em julgamento, relativamente aos atos de gestão (insuscetíveis de controle pelo parlamento e até mesmo pelo Poder Judiciário art. 71, II).

Ocorre, entretanto, principalmente nos municípios, que os Prefeitos Municipais, além de exercer o comando geral da administração (praticando atos de governo), também exercem, inadvertidamente, atos de execução, gerindo a máquina pública nos seus pormenores administrativos.

Nesse caso, os atos de gestão praticados por Prefeito transmudam-se em atos de governo, e assim ficam imunes ao

² NUNES, Márcio Bessa. Jurisprudência Comentada nº 10, maio de 2006. Fortaleza: *INFORMATIVO. Órgão oficial de divulgação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará*, nº 48, Ano XIII, maio/jun 2006, pp. 7 e 8.



TRIBUNAL DE CONTAS	
SIGM / SSM	
Fl. 302	Rub. 86

FL. 35	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

juízo pelo Tribunal de Contas, sendo apenas submetido ao crivo da Câmara? Certamente que não.

No âmbito do Poder Judiciário, por guardar sintonia com o tema, extrai-se teor de recente julgado proferido pela Segunda Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado (Sessão de 10/04/2013), nos autos do Agravo de Instrumento nº 70053330478, Relator o eminente Juiz convocado Heleno Tregnago Saraiva, *verbis*:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ADEMIR SEBASTIÃO BURMANN atacando decisão proferida nos autos dos embargos opostos à execução de título extrajudicial que lhe move o MUNICÍPIO DE CATUÍPE.

A decisão atacada restou assim redigida:

O TCE exerce controle externo das contas em decorrência de mandamento constitucional. É órgão fiscalizador da correta aplicação do dinheiro público. A Câmara de Vereadores, pelo que dispõe a regra do art. 31, § 2º, da Carta Magna, pode, sim, pela maioria de 2/3 de seus membros, não aprovar o parecer emitido pela referida Corte. Mas isto não significa que tal rejeição do parecer, lançada pela Casa Legislativa, possa desconstituir a Certidão da Corte de Contas. Aliás, nem o parecer do Tribunal de Contas pode ser modificado, mesmo que não aprovado pela Câmara Municipal. E isto porque a Câmara não tem o poder de alterar tal decisão. Não é a Câmara órgão hierarquicamente superior.

Outrossim, o que vai submetido ao exame da Casa Legislativa é o parecer do Tribunal sobre as contas. Então, devemos separar o parecer que a Corte de Contas encaminha ao Legislativo (art. 71, I, da CF/88), da aplicação de multa e outras glosas aos responsáveis (art. 71, VIII, da CF/88), porquanto são várias as competências ali elencadas na CF/88, aplicável ao TCE por força da regra do art. 71, caput, da CE/89.

E nem poderia ser diferente, pois o que o Tribunal de Contas procede é um julgamento técnico, enquanto o da Casa Legislativa é um julgamento político. Assim, apenas o parecer é submetido ao crivo da Câmara. E ainda que não aprovado, não significa que seja ele alterado. Daí, a multa e glosas (débitos) aplicadas, com Certidão de Decisão transitada em julgado (título executivo extrajudicial, conforme regra do art. 71, § 3º, da CF/88), só pode ser desconstituída pelo Poder Judiciário, face à competência que a este lhe é atribuída pela ordem constitucional. E nem poderia ser diferente, pois, não fosse assim, a norma constitucional não atribuiria eficácia de título



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 303	Rub. 86

FL. 36	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

executivo às Decisões dos Tribunais de Contas (com emissão das respectivas Certidões) das que resultasse imputação de débito ou multa (art. 71, § 3.º, da CF/88).

...

No presente caso, revestindo-se o TCE de legitimidade para análise das contas dos administradores municipais, podendo aplicar as sanções cabíveis, não há necessidade de discussão acerca de eventual aprovação pelo Poder Legislativo Municipal.

O controle legislativo acontece apenas na situação descrita no inciso I, do art. 71 da Constituição Federal, quando aquela Corte emite parecer prévio sobre as contas anuais do Presidente da República. Neste caso, o verbo "apreciar" não possui sentido de julgamento, mas de análise opinativa. É isso também que dispõem o art. 71 da Constituição Estadual, que fala em "emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente", e o art. 33, inciso II, da Lei nº 11.424/00.

Entretanto, quando profere julgamento administrativo (inciso II do art. 71 da CF) sobre as contas "dos administradores e demais responsáveis por dinheiros", bens e valores públicos da administração direta e indireta caso dos autos", sua decisão possui caráter sancionatório, somente podendo ser modificada após seu trânsito em julgado em sede de pedido de revisão (arts. 159 e seguintes do Regimento Interno do TCE-RS). Tal previsão é repetida pela Lei Orgânica daquele Tribunal, em seu art. 33, inciso III. Nesta última hipótese, caso dos autos, prescinde a decisão proferida pelo Tribunal de Contas de aprovação pelo Poder Legislativo.

...

Neste sentido também a jurisprudência dominante desta Corte, conforme demonstram as seguintes ementas:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CERTIDÃO DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO A ADMINISTRADOR MUNICIPAL. I - O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas dos administradores e para aplicar sanções e multas decorrentes de irregularidades, sendo que as decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, conforme dispõe o art. 71 da Constituição Federal, sendo prescindível qualquer aprovação pelo Poder Legislativo Municipal. II - Embora tenha sido emitido parecer favorável à aprovação das contas correspondentes ao exercício de 2001, a decisão do Tribunal de Contas imputou ao embargante um débito de R\$ 7.651,15 (atualizado até 30/11/2006). III - Havendo presunção de legitimidade do título executivo emitido pelo TCE e não tendo o embargante logrado comprovar fatos extintivos ou modificativos do débito nele consubstanciado, não há falar em extinção da execução. PRELIMINAR REJEITADA. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível nº 70040634552, Vigésima Primeira Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl.	Ric
304	86

FL.	Rubrica
37	X

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch,
Julgado em 31/08/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. CERTIDÃO DE DÉBITO RESULTANTE DE DECISÃO DO TCE. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ART. 71, § 3º, DA CF. A Certidão de decisão do Tribunal de Contas é título executivo extrajudicial, nos termos do art. 73, § 3º, da Constituição Federal. Trata-se de controle externo técnico, que independe de aprovação por parte do Poder Legislativo. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL QUE GOZA DE PRESUNÇÃO DE CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. ESSA PRESUNÇÃO SOMENTE PODE SER AFASTADA POR PROVA INEQUÍVOCA EM SENTIDO CONTRÁRIO. SITUAÇÃO NÃO VERIFICADA NA ESPÉCIE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS E JURÍDICOS FUNDAMENTOS. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível nº 70028120442, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 12/08/2009)

...

Assim, não há motivo para reforma da decisão atacada.

Como bem referido no corpo da Promoção Ministerial subscrita pelos doutos Adjuntos, precedente do Superior Tribunal de Justiça demonstra a compatibilidade entre a apreciação das contas, de cunho opinativo, e a imposição de sanções, de cunho deliberativo, pelo Tribunal de Contas, relativamente ao Prefeito Municipal:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATOS PRATICADOS POR PREFEITO, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTORA DE RECURSOS PÚBLICOS. JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. NÃO SUJEIÇÃO AO DECISUM DA CÂMARA MUNICIPAL. COMPETÊNCIAS DIVERSAS. EXEGESE DOS ARTS. 31 E 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Os arts. 70 a 75 da Lex Legum deixam ver que o controle externo – contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial – da administração pública é tarefa atribuída ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas. O primeiro, quando atua nesta seara, o faz com o auxílio do segundo que, por sua vez, detém competências que lhe são próprias e exclusivas e que para serem exercitadas independem da interveniência do Legislativo. O conteúdo das contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo é diverso do conteúdo das contas dos administradores e gestores de recurso público. As primeiras demonstram o retrato da situação das finanças da unidade federativa (União, Estados, DF e Municípios). Revelam o cumprir do orçamento, dos planos de governo, dos programas governamentais, demonstram os níveis de



TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM	
Fl. 305	Rub. 86

FL. 38	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*endividamento, o atender aos limites de gasto mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação, gastos com pessoal. Consubstanciam-se, enfim, nos Balanços Gerais prescritos pela Lei 4.320/64. Por isso, é que se submetem ao parecer prévio do Tribunal de Contas e ao julgamento pelo Parlamento (art. 71, I c/c. 49, IX da CF/88). As segundas – contas de administradores e gestores públicos, dizem respeito ao dever de prestar (contas) de todos aqueles que lidam com recursos públicos, captam receitas, ordenam despesas (art. 70, parágrafo único da CF/88). Submetem-se a julgamento direto pelos Tribunais de Contas, podendo gerar imputação de débito e multa (art. 71, II e § 3º da CF/88). **Destarte, se o Prefeito Municipal assume a dupla função, política e administrativa, respectivamente, a tarefa de executar orçamento e o encargo de captar receitas e ordenar despesas, submete-se a duplo julgamento. Um político perante o Parlamento precedido de parecer prévio; o outro técnico a cargo da Corte de Contas.** Inexistente, in casu, prova de que o Prefeito não era o responsável direto pelos atos de administração e gestão de recursos públicos inquinados, deve prevalecer, por força ao art. 19, inc. II, da Constituição, a presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo da Corte de Contas dos Municípios de Goiás. Recurso ordinário desprovido. (STJ, 2ª Turma, RMS nº 11060/GO, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 16/09/2002, p. 159.)*

Por fim, e mais importante, refere-se a posição do Supremo Tribunal Federal, que nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 849, examinando as competências institucionais do Tribunal de Contas da União, reconheceu a diferença entre as *contas de governo* (art. 71, I, da CR/1988) e *contas de gestão* (art. 71, II, CR/1988), em acórdão assim ementado:

“Tribunal de Contas dos Estados: competência: observância compulsória do modelo federal: inconstitucionalidade de subtração ao Tribunal de Contas da competência do julgamento das contas da Mesa da Assembleia Legislativa - compreendidas na previsão do art. 71, II, da Constituição Federal, para submetê-las ao regime do art. 71, c/c. art. 49, IX, que é exclusivo da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo. I. O art. 75, da Constituição Federal, ao incluir as normas federais relativas à “fiscalização” nas que se aplicariam aos Tribunais de Contas dos Estados, entre essas compreendeu as atinentes às competências institucionais do TCU, nas quais é clara a distinção entre a do art. 71, I - de apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas do Chefe do Poder Executivo, a serem julgadas pelo Legislativo - e a do art. 71, II - de julgar as contas dos demais administradores e responsáveis, entre eles, os dos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. II. A diversidade entre as duas competências, além de manifesta, é tradicional, sempre restrita a competência do Poder Legislativo para o julgamento às contas gerais da responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, precedidas de parecer prévio do Tribunal de Contas: cuida-se de sistema especial adstrito às contas do Chefe do Governo, que não as presta unicamente como chefe de um dos Poderes, mas como responsável geral pela execução orçamentária: tanto assim que a aprovação política das contas



TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM	
Fl. 306	Rub. 86

FL. 39	Rubrica
-----------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

presidenciais não libera do julgamento de suas contas específicas os responsáveis diretos pela gestão financeira das inúmeras unidades orçamentárias do próprio Poder Executivo, entregue a decisão definitiva ao Tribunal de Contas.” (STF, Tribunal Pleno, rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 23/04/1999, p. 01).

Ainda, cumpre noticiar recente decisão oriunda da Suprema Corte³, nos autos da Reclamação nº 15902, sendo Relator o Ministro Luiz Fux, verbis:

Nos autos da ADI nº 3.715/TO, esta Suprema Corte foi instada a se pronunciar acerca da compatibilidade da alteração operada pela EC nº 16/2006, que introduziu o § 5º ao art. 33 da Constituição do Estado do Tocantins, com disciplina constitucional atinente ao Tribunal de Contas da União, cuja observância aos Estados-membros é obrigatória.

Naquela assentada, entendeu a Corte que o aludido preceito se distanciara dos parâmetros constitucionais, mormente os incisos I e II do art. 71 da Lei Fundamental, na medida em que previra a possibilidade de recurso à Assembleia Legislativa, dotado de efeito suspensivo, dos julgamentos proferidos pelo Tribunal de Contas.

Ao que interessa nesta sede, segundo o e. Rel. Min. Gilmar Mendes, a Constituição, nos casos do inciso II do art. 71, confere ao Tribunal de Contas a competência para julgar as contas dos administradores e gestores de verbas públicas, sendo defeso, como pretendeu a EC nº 16/2006-TO, submetê-la à aprovação da casa legislativa respectiva.

Nas palavras do e. Ministro Relator, “a alteração constitucional dessa relação interorgânica tem inviabilizado a própria atuação do Tribunal de Contas do Estado, que se vê subtraído de suas competências ordinárias”.

³ Em reforço, citam-se, ainda, os julgados exarados pelo STF, por guardar relação com a matéria de fundo:

Tribunal de Contas dos Estados: competência: observância compulsória do modelo federal: inconstitucionalidade de subtração ao Tribunal de Contas da competência do julgamento das contas das Mesas das Câmaras Municipais - compreendidas na previsão do art. 71, II, da Constituição Federal, para submetê-las ao regime do art. 71, c/c art. 49, IX, que é exclusivo da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo local (CF, art. 31, § 2º): precedente (ADIn 849, 11.2.99, Pertence): suspensão cautelar parcial dos arts. 29, § 2º e 71, I e II, da Constituição do Estado do Espírito Santo. (STF – Pleno – ADIn nº 1964/ES – Medida Cautelar – Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

Ao TCU compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (CF, art. 71, II; Lei 8.443, de 1992, art. 1º, I). As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista. (MS 25.092, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 10/11/2005, Plenário, DJ de 17/03/2006).



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl.	Rub.
307	86

FL.	Rubrica
40	

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nos autos da ADI nº 1.779/PE, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de determinados preceitos da Constituição do Estado de Pernambuco (incisos I e II do art. 14 e de algumas expressões do inciso III do § 1º e do § 2º do art. 86), que afrontavam os incisos I e II do art. 71 e o art. 75 da Constituição da República.

No mérito, a Corte aplicou o entendimento de que o modelo de atribuições da Corte de Contas definido pelo constituinte estadual não poderia se afastar do desenho delineado pelo constituinte de 1988.

Por outro lado, na ADI nº 849/MT, a controvérsia dos autos versava acerca da compatibilidade do inciso I do art. 47 da Constituição do Estado do Mato Grosso com o regramento constitucional sobre o TCU, mais especificamente o seu inciso I do art. 71.

No caso, precitado dispositivo da Constituição do Estado do Mato Grosso emprestava às contas anuais prestadas pela Assembleia Legislativa o mesmo regime jurídico dispensado ao Poder Executivo.

No julgamento de mérito, o e. Relator Ministro Sepúlveda Pertence reiterou que o art. 75 impõe expressamente a aplicação das normas relativas à organização, composição e fiscalização do TCU aos Tribunais de Contas estaduais. Assim, a inovação estabelecida pela Constituição do Estado do Mato Grosso, no inciso I do art. 47, se distanciou dos balizamentos constitucionais, razão pela qual foi declarada inválida.

Da análise destes julgados, depreende-se, com limpidez e sem poder inferir-se nada além disso, que a Suprema Corte deixou assentada a observância obrigatória da disciplina normativo-constitucional atinente ao Tribunal de Contas da União ao Poder Constituinte Decorrente – poder conferido aos entes da Federação de elaborarem suas Constituições e Leis Orgânicas.

Por sua vez, no caso em comento, a Reclamação se insurge contra Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que não observou a demarcação constitucional das atividades fiscalizatórias dos Tribunais de Contas, assentadas pelo STF nos autos da ADI nº 3.715/TO, da ADI nº 1.779/PE e da ADI nº 849/MT.

Ocorre que in casu, diversamente do alegado pelo Reclamante, a atuação do Tribunal de Contas da União decorra de uma importante distinção no tocante à atividade fiscalizatória feita pelos Tribunais de Contas que, até o presente momento, não fora objeto de pronunciamento desta Suprema Corte, qual seja (i) a fiscalização das contas políticas ou de governo, em que a Corte de Contas examina a atuação da autoridade máxima de cada Poder e (ii) a **fiscalização das contas de gestão, em que a Corte de Contas examina os atos dos ordenadores de despesas das diversas unidades administrativas.**

No primeiro caso, o fundamento constitucional encontra-se no inciso I do art. 71. Aqui, a competência do Tribunal de Contas cinge-se à elaboração de parecer prévio opinativo sobre aspectos gerais relacionados à execução dos orçamentos, especialmente aqueles definidos pela LRF. Trata-se



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 308	Rub. 86

FL. 41	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de fiscalização anual do Chefe do Poder Executivo, em que a decisão final acerca da aprovação ou rejeição das contas fica a cargo do respectivo Poder Legislativo.

Na segunda hipótese, a atuação da Corte de Contas busca assento constitucional no inciso II do art. 71. Tal preceito permite o julgamento das contas dos gestores e administradores de verbas públicas. Trata-se de competência para examinar lesões ao erário decorrentes de ato de gestão, isoladamente considerados, em que se atribui à própria Corte de Contas a decisão definitiva.

Com efeito, os Prefeitos Municipais não atuam apenas como chefes de governo, responsáveis pela consolidação e apresentação das contas públicas perante o respectivo Poder Legislativo, mas também, e em muitos casos, como os únicos ordenadores de despesas de suas municipalidades. E essa distinção repercute na atuação fiscalizatória das Cortes de Contas.

Assim, quando estiver atuando como ordenador de despesas, compete ao Tribunal de Contas o julgamento das contas dos Prefeitos Municipais, apurando a regular aplicação de recursos públicos, consoante o art. 71, inciso II, da CRFB/88. Em caso de inobservância dos preceitos legais, cabe à Corte de Contas aplicar as sanções devidas pela malversação de tais verbas.

Como corolário, não se atribui a competência das Câmaras Municipais para o julgamento definitivo acerca das contas públicas, seja pela sua subserviência ao Executivo Municipal, seja pelo esvaziamento da atuação das Cortes de Contas.

Decerto, o pensamento oposto vulnera a função precípua da Corte de Contas – apurar eventuais irregularidades na gestão da coisa pública –, permitindo a perpetuação de fraudes e corrupções pelos Municípios ao longo do país.

Se ficar configurado que o Prefeito titulariza a competência, específica e individualizada, de administrar a aplicação dos recursos públicos em sua municipalidade, como é o que se verifica no caso dos autos, franqueia-se ao Tribunal de Contas a possibilidade de proceder ao julgamento das contas municipais, com caráter de definitividade. Destarte, afasta-se a incidência, em tais casos do art. 71, inciso I, da Constituição de 1988, na medida em que se encontra adstrito aos aspectos mais gerais relacionados à execução do orçamento (contas políticas ou de governo).

...

Nos autos da Reclamação nº 13.956, o e. Relator Ministro Celso de Mello, afirmou que “a dualidade de regimes jurídicos a que os agentes públicos estão sujeitos no procedimento de prestação e julgamento de suas contas” obstaculizaria a apreciação pelas Cortes de Contas das contas prestadas dos chefes do Poder Executivo. Em suas palavras “Essa diversidade de tratamento jurídico, estipulada racione muneris pelo ordenamento



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
309	Rub. 86

FL. 42	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

constitucional, põe em relevo a condição político-administrativa do Chefe do Poder Executivo”.

Similar linha de argumentação tem sido utilizada pelo e. Ministro Gilmar Mendes para deferir tais pleitos cautelares. Em suas palavras, na Reclamação nº 13.963, de sua relatoria, o Ministro Gilmar Mendes afirma:

“Dessa forma, esta Corte também tem entendido que, no contexto do art. 75 da Constituição Federal, dentre as normas constitucionais de observância obrigatória pelos Estados-membros incluem-se as atinentes às competências institucionais do Tribunal de Contas da União (ADI nº 849-8/MT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 23.4.1999).

No âmbito das competências institucionais do Tribunal de Contas, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a clara distinção entre:

1) a competência para apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, especificada no art. 71, inciso I, CF/88;

2) a competência para julgar as contas dos demais administradores e responsáveis, definida no art. 71, inciso II, CF/88 (ADI nº 1.779-1/PE, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 14.9.2001; ADI nº 1.140-5/RR, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 26.9.2003; ADI nº 849-8/MT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 23.4.1999).

No primeiro caso, cabe ao Tribunal de Contas apenas apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo. A competência para julgar essas contas fica a cargo do Congresso Nacional, por força do art. 49, inciso IX, da Constituição.

Na segunda hipótese, a competência conferida constitucionalmente ao Tribunal de Contas é de julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio, ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (art. 71, II, CF/88). “

(...)

Por oportuno, destaca-se que no julgamento que declarou a constitucionalidade da Lei Complementar nº 135/2010 – a chamada Lei da Ficha Limpa, o Supremo Tribunal Federal referendou o comando que valida o julgamento de prefeitos pelos Tribunais de Contas sempre que os mesmos figurarem na condição de ordenadores de despesa. O preceito está contido na parte final da alínea g do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 310	Rub. 86

FL. 43	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

64/1990 (com as alterações trazidas pela Lei da Ficha Limpa), que estabelece:

"Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

...

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;" (Grifou-se).

Nessa senda, verifica-se que as modificações introduzidas pela Resolução TCE nº 943/2012, visaram à adequação da sistemática de julgamento de todos aqueles administradores e demais responsáveis – inclusive o Prefeito Municipal – *"que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público"* (art. 71, inc. II, da CR/1988).

Ademais, a incidência de competências distintas do Tribunal de Contas (as previstas nos referidos incisos I e II do art. 71 da Constituição) em relação ao mesmo agente público (o Chefe do Poder Executivo) impede inadmissível situação de conduta imune à responsabilização.

Figure-se a hipótese de atos de gestão contrários às normas administrativas, praticados em conjunto pelo Chefe de Poder Executivo e por um seu subordinado. A se admitir que não possa o Tribunal julgar as contas de gestão do agente político, seu subordinado arcaria isoladamente com as sanções pelos ilícitos perpetrados por ambos. Ocorre que, no julgamento das contas de governo do Chefe do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo,



TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 311	Rub. 86

FL. 44	Rubrica
--------	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

este se limita a aprová-las ou rejeitá-las, à mingua de competência para impor sanções ou determinar a devolução de valores.

Assim, a fim de concretizar o princípio sensível constitucional da prestação de contas, que deflui do princípio fundamental republicano, impõe-se o exercício de ambas as competências pelo Órgão de Controle Externo, a de emitir parecer prévio sobre as contas de governo e a de julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo.

II – Feitas as considerações supra, cumpre, nos termos do artigo 25, inciso III, do RITCE, a devida manifestação acerca do presente Processo.

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM – consigna que não foram constatadas irregularidades no exame do Relatório de Auditoria, nas remessas de dados à Base de Legislação Municipal (BLM) e de informações ao Sistema para Controle de Obras Públicas (SISCOP).

III – Isto posto, em anuência à instrução técnica, o Ministério Público de Contas opina pela **regularidade das contas**, no exercício de 2012, nos termos do inciso I do artigo 99 do RITCE.

É o Parecer.

MPC, em 23 de julho de 2013.

GERALDO COSTA DA CAMINO,
Procurador-Geral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

Fl.	45	Rub.
-----	----	------

TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM	
Fl.	Rub.
312	86

Processo nº 8597-0200/12-8

Matéria: Processo de Contas de Gestão – Exercício de 2012

Órgão: Executivo Municipal de Teutônia

Interessados: Renato Airton Altmann e Ariberto Magedanz

Sessão: 31 de julho de 2013 Tribunal Pleno

PROCESSO DE CONTAS DE GESTÃO. EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEUTÔNIA. CHEFE DO EXECUTIVO. ORDENADOR DE DESPESAS. RENATO AIRTON ALTMANN. ARIBERTO MAGEDANZ. EXERCÍCIO DE 2012. INEXISTÊNCIA DE FALHAS. REGULARIDADE DE CONTAS. ART. 71, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

A inexistência de falhas conduz ao julgamento pela regularidade das contas de gestão do Chefe do Executivo enquanto ordenador de despesas.

RELATÓRIO

Trata o presente processo das Contas de Gestão dos Senhores Renato Airton Altmann e Ariberto Magedanz, Administradores do Executivo Municipal de Teutônia no exercício de 2012.

A Área Técnica, por meio do Relatório Geral de Consolidação das Contas, informa que não foram constatadas irregularidades passíveis de serem esclarecidas (fls. 09 e 09ª).

Encaminhado o Processo para apreciação do Ministério Público que atua perante este Tribunal os Adjuntos de Procurador, Ângelo Borghetti e Fernanda Ismael, manifestaram-se por meio da Promoção nº 388/2013 (fls. 10 a 24),

Fl.	46	Rub.
-----	----	------

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

TRIBUNAL DE CONTAS SICM / SSM		130 944
313	46	

acerca da recente divisão do Processo de Contas dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais em Processo de Contas de Governo e Processo de Contas de Gestão.

Entendem que este Tribunal deveria *"discutir mais profundamente os reflexos de cada decisão"* a ser proferida, tendo em vista o disposto nos artigos 31 e 71 da Constituição da República e os julgamentos divergentes oriundos do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal de Justiça, acerca da competência dos Tribunais de Contas para julgar prefeitos ou para apenas emitir parecer prévio sobre as respectivas contas, motivo pelo qual requereram, dentre outras providências, a declinação da matéria ao egrégio Plenário desta Corte, haja vista a complexidade e a relevância da matéria.

Acolhendo a preocupação externada e considerando a pertinência das ponderações trazidas, levei o feito à apreciação da Egrégia Primeira Câmara em Sessão de 25 de junho de 2013, ocasião na qual votei pela declinação da matéria constante da Promoção nº 388/2013 para este Tribunal Pleno, com base no inciso VII do artigo 12 do Regimento Interno deste Tribunal, o que restou acolhido à unanimidade (fls. 25 a 27).

Retornando o feito ao meu Gabinete determinei o envio novamente ao Ministério Público que atua perante este Tribunal, para a competente manifestação de mérito, na forma regimental (fl. 28).

Este emite o Parecer MPC nº 08720/2013 (fls. 29 a 44), da lavra do Dr. Geraldo Costa da Camino, seu Procurador-Geral, no qual apresenta argumentos sólidos que apontam para a correção das alterações introduzidas no Regimento Interno desta Casa por intermédio da Resolução nº 943/2012, notadamente quanto à substituição dos Processos de Contas e de Gestão Fiscal pelos Processos de Contas de Governo e Processos de Contas de Gestão, tudo a partir do exercício de 2012. Tal entendimento encontra suporte em opiniões doutrinárias e decisões judiciais (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal), todas apontando para a competência dos

Fl.	47	Rub.
-----	----	------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

TRIBUNAL DE CONTAS	
SUI	SICM / SSM
Fl. 314	Rub. 86

Tribunais de Contas para julgar os Chefes de Executivo enquanto ordenadores de despesa, por força do disposto no artigo 71, II, da Constituição da República.

No mérito, anuindo às conclusões lançadas pela Área Técnica, opinou por julgar-se regulares as contas dos gestores responsáveis pelo Executivo Municipal de Teutônia, no exercício de 2012.

É o relatório.

VOTO

No exame do presente Processo de Contas de Gestão verifico que não foram constatadas falhas.

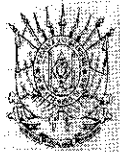
Como bem destacado no Parecer Ministerial em comento, os Tribunais de Contas são competentes para, além de emitir parecer prévio acerca das contas de governo dos Chefes de Executivo, julgar as contas de todos os administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio, ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, conforme disposição expressa constante no art. 71, II, da Constituição.

Nesta linha, exemplificativamente, trago a manifestação do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir acerca de pedido de cautelar constante do processo de Reclamação nº 15.902, no qual o autor do pedido se insurgia contra julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás. Na decisão o Ministro Luiz Fux asseverou que:

"Com efeito, os Prefeitos Municipais não atuam apenas como chefes de governo, responsáveis pela consolidação e apresentação das contas públicas perante o respectivo Poder Legislativo, mas também, e em muitos casos, como os únicos ordenadores de despesas de suas municipalidades.

"E essa distinção repercute na atuação fiscalizatória das Cortes de Contas.

Fl.	48	Rub.
-----	----	------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fls.	Rub.
315	76

"Assim, quando estiver atuando como ordenador de despesas, compete ao Tribunal de Contas o julgamento das contas dos Prefeitos Municipais, apurando a regular aplicação de recursos públicos, consoante o art. 71, inciso II, da CRFB/88. Em caso de inobservância dos preceitos legais, cabe à Corte de Contas aplicar as sanções devidas pela malversação de tais verbas."

Assim, acolhendo as manifestações da Área Técnica e a contida no Parecer MPC nº 08720/2013 do Ministério Público que atua perante este Tribunal de Contas VOTO:

- a) por julgar regulares as contas de gestão dos Senhores Renato Airton Altmann e Ariberto Magedanz, Administradores do Executivo Municipal de Teutônia, no exercício de 2012, enquanto ordenadores de despesa, com fundamento no inciso II do artigo 71 da Constituição da República e no inciso I do artigo 99 do Regimento Interno deste Tribunal;
- b) pela cientificação aos responsáveis e ao Poder Legislativo Municipal;
- c) transitada em julgado a presente decisão, archive-se o processo.

Conselheiro Iradir Pietroski,
Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS	
SIGM / SSM	
Fl. 316	Rub. 8

Tribuna de Contas	
Pl. 49	Rub.



Relator: Conselheiro Iradir Pietroski
Processo n. 008597-02.00/12-8 –
Decisão n. TP-0816/2013

– Processo de Contas de Gestão do **Executivo Municipal de Teutônia** referente ao exercício de **2012**.

A Secretária do Tribunal Pleno certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, colocada a matéria em discussão, ocorreram manifestações, consoante registros efetivados.

Conselheiro Estilac Xavier: “Senhor Presidente.”

Conselheiro Marco Peixoto, no exercício da Presidência: “Sim, Senhor.”

Conselheiro Estilac Xavier: “Só uma consideração. Esse aqui é o primeiro processo que nós estamos analisando nesse novo formato de Contas de Gestão e Contas de Governo? É o primeiro, não é? Pelo menos, que eu me defronto, assim.”

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: “2012, é o primeiro.”

Conselheiro Estilac Xavier: “É o primeiro caso, Teutônia, então, é o caso. Nós estamos analisando Contas de Governo ou Contas de Gestão?”

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: “Processo de Contas de Gestão, exercício 2012.”

Conselheiro Estilac Xavier: “Contas de Gestão. E vamos encaminhar as Contas de Gestão para a Câmara, é isso?”

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: “Pela cientificação aos responsáveis e ao Poder Legislativo Municipal.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl. 317	Rub. 86

Tribunal de Contas	
Fl. 50	Rub.

TC-08.1

Conselheiro Estilac Xavier: "Desculpe, eu não..."

Conselheiro-Substituto Cesar Santolim: "As Contas de Governo, exatamente, que vão a julgamento da Câmara."

Conselheiro Estilac Xavier: "Essa que é a consideração final, essa é a minha dúvida."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Cientificação aos Responsáveis e ao Poder Legislativo Municipal."

Conselheiro Estilac Xavier: "Contas de Governo."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Contas de Gestão."

Conselheiro-Substituto Cesar Santolim: "Contas de Gestão. Vai ao Poder Legislativo para conhecimento, mas a..."

Conselheiro Estilac Xavier: "É que eu me confundi com o parecer, porque quando são Contas de Gestão, aqui é decisão, é julgamento, terminou aqui."

Conselheiro-Substituto Cesar Santolim: "Sim, mas não é emissão de parecer, não é? Salvo engano."

Conselheiro Estilac Xavier: "Ou entendi mal ou ouvi emissão de Parecer Favorável, alguma coisa assim. Por isso que eu fiquei na dúvida. Porque eu tenho, aqui, na anotação do processo que é Contas de Gestão. E Contas de Gestão é decisão terminativa, aqui, no Tribunal."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Eu não tenho dado... Aqui, por julgar regulares as contas..."

Conselheiro-Substituto Cesar Santolim: "Julgar regulares."

Conselheiro Estilac Xavier: "Ah, perfeito, perfeito."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Dos Senhores Renato..."

Conselheiro Estilac Xavier: "Absolutamente claro. Perfeito. Não. Está claríssimo, está claríssimo."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl: 318	Rub: 86

Tribunal de Contas	
Fl. 51	Sub.



Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Por isso que está indo a cientificação aos Responsáveis e ao Poder Municipal."

Conselheiro-Substituto Cesar Santolim: "Cientificação é evidente, mas o julgamento já está feito."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Está feito."

Conselheiro Estilac Xavier: "Perfeito, perfeito. Não. Está claro."

Conselheiro-Relator, Iradir Pietroski: "Julgar regulares as contas de gestão."

Conselheiro Estilac Xavier: "Não. Perfeito, agradeço."

Conselheiro Marco Peixoto, no exercício da Presidência: "Está em votação, então. Aprovado por unanimidade? Está aprovado por unanimidade."

decisão: **Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte**

O Tribunal Pleno, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

a) pela **regularidade das contas de gestão** dos Senhores **Renato Airton Altmann** e **Ariberto Magedanz, Administradores do Executivo Municipal de Teutônia** no exercício de **2012**, enquanto ordenadores de despesa, com fundamento no inciso II do artigo 71 da Constituição da República e no inciso I do artigo 99 do Regimento Interno deste Tribunal;

b) pela **cientificação** dos Responsáveis e do Legislativo Municipal;

c) transitada em julgado a presente decisão, pelo arquivamento do feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS	
SICM / SSM	
Fl.	Rub.
319	86

Tribunal de Contas	
Fl.	Rub.
52	



Plenário Gaspar Silveira Martins, em 31-07-2013.

Cleandra dos Santos,
p/ Secretária do Tribunal Pleno, Substituta.